



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 04/08/2016 – GRAMADO/RS**

**ATA 07/2016**

1 Aos 04 dias do mês de agosto de 2016, às 14h30min, na sede do Hotel Serra Azul, em Gramado –  
2 RS, em Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados  
3 e da União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Rinaldo Reis  
4 Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Presidente do CNPG; Dr.  
5 Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio  
6 Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Mauro Roberto  
7 Veras Bezerra, representando Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do  
8 Estado do Amazonas; Dra. Sara Mandra M. Rusciolleli Souza, representando Dra. Ediene Santos  
9 Lousado, Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dra. Vanja Fontenele Pontes,  
10 representando Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Dra.  
11 Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, representando Dr. Leonardo Roscoe Bessa,  
12 Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Josemar Moreira, representando Dra. Elda Márcia  
13 Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Lauro Machado  
14 Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás; Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho,  
15 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr. Paulo César dos Passos, Procurador-  
16 Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Carlos André Mariani Bittencourt,  
17 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Marcos Antonio Ferreira das Neves,  
18 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Ivonei Sfoggia, Procurador-Geral de Justiça  
19 do Estado do Paraná; Dr. Fernando Barros de Lima, representando Dr. Carlos Augusto Arruda  
20 Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dra. Zélia Saraiva  
21 Lima, representando Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado do  
22 Piauí; Dr. Ertulei Laureano Matos, representando Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de  
23 Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça  
24 do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de  
25 Santa Catarina; Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São  
26 Paulo; Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins;  
27 Dr. Jaime de Cássio Miranda, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dra. Cristina Aparecida  
28 Ribeiro Brasileiro, representando Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho; Dr.  
29 Claudio Henrique Portela, Conselheiro do CNMP (Corregedor Nacional); Dr. Esdras Dantas de  
30 Souza, Conselheiro do CNMP; Dr. Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do CNMP; Dr. Fábio  
31 Stica, Conselheiro do CNMP; Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da  
32 CONAMP; e Dr. Glaucio Pinto Garcia, Secretário-Executivo do CNPG. **INICIADOS OS**  
33 **TRABALHOS:** o Presidente, após os agradecimentos de praxe, deu boas vindas a todos os  
34 presentes enaltecendo a presença do Conselheiro do CNMP, Dr. Esdras Dantas, e passou a palavra  
35 a Dr. Marcelo Dornelles, PGI/RS, que, no mesmo sentido, agradeceu a todos o comparecimento  
36 ao evento (Congresso MPRS) e prestou algumas informações complementares, relacionadas ao  
37 evento. Ato contínuo, foi aprovada a ata da reunião ordinária realizada em 08/07/2016 (Natal/RN)



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 04/08/2016 – GRAMADO/RS**

**ATA 07/2016**

38 – item 1. Em seguida, o Presidente destacou a necessidade dos membros enviarem manifestação  
39 formal relacionada à proposta de regulamentação, pelo CNMP, de limitação temporal de 4  
40 (quatro) anos para cargos da administração superior, ocupados por membros, para que se cumpra  
41 o deliberado na reunião anterior (consequente compilação e envio do CNPG, ao CNMP, de  
42 manifestação formal). Com a palavra, Dr. Esdras Dantas, Conselheiro do CNMP, abordou o tema  
43 relacionado à proposta em questão, colocando-se à disposição no que tange a eventual auxílio,  
44 junto ao CNMP. Em seguida, Dr. Lauro Machado, PGJ/GO; Dr. Paulo Roberto, PGJ/MT; Dr.  
45 Carlos André, PGJ/MG; Dr. Sandro Neis, PGJ/SC, e Dr. Oswaldo Lima Neto, PGJ/AC,  
46 expuseram ao Dr. Esdras Dantas suas considerações em relação ao tema, destacando a dificuldade  
47 relacionada à designação de membros para exercerem os cargos em questão – funções de chefia e  
48 assessoramento (Chefe de Gabinete; Sec. Geral; etc.). Na sequência, o Presidente reforçou ao Dr.  
49 Esdras Dantas as dificuldades até então expostas, aderindo às considerações dos membros acima  
50 citados. Ao final, Dr. Esdras Dantas, Conselheiro do CNMP, destacou a importância em ter  
51 colhido tais opiniões, comprometendo-se em compartilhá-las e discuti-las com os demais  
52 Conselheiros do CNMP. Retomando a palavra, o Presidente abordou o tema relacionado ao  
53 conflito de atribuições (a ser decidido pelo PGR, conforme decisão do STF), destacando que as  
54 providências a serem adotadas pelo CNPG estão em fase final de execução. Em seguida, foi  
55 concedida a palavra ao Presidente da Associação do MPRS, Dr. Sérgio Harris, que deu as boas  
56 vindas aos presentes, agradecendo a todos pela presença no Congresso e colocando-se à  
57 disposição para auxiliar em eventuais problemas. Dando sequência aos itens da pauta, o  
58 Presidente solicitou aos membros alteração na sequência dos temas, para que Dr. Cláudio Portela,  
59 Corregedor Nacional, efetuasse, antecipadamente, sua exposição (item 9) – o que foi de plano  
60 atendido. Dr. Paulo Roberto, PGJMT, solicitou apoio do CNMP no que tange ao PLP nº.  
61 257/2016. Dr. Cláudio Portela, após salientar que, juntamente com os demais conselheiros,  
62 analisará o pleito, fez um breve relato acerca do andamento do procedimento de digitalização de  
63 documentos e passou a destacar a importância da atualização do cadastro nacional de membros  
64 (web service), para que as inspeções e correções locais sejam feitas via sistema on-line e possam  
65 ser acompanhadas, via sistema, pela Corregedoria Nacional (Resolução nº. 149) – solicitou que os  
66 sistemas fossem devidamente atualizados (preenchimento do cadastro). Solicitou, também, a  
67 atualização (alimentação da aba do cadastro nacional de membros) das informações relacionadas  
68 às eventuais ações de improbidade e ações criminais contra membros do Ministério Público,  
69 ressaltando que tais informações estão relacionadas à necessidade do membro do ministério  
70 público atuar de forma proativa, inclusive após o ajuizamento da ação judicial, traçando esse  
71 mesmo paralelo em relação aos procedimentos administrativos instaurados contra os promotores e  
72 procuradores, pelas corregedorias (julgamento em tempo razoável, etc.). Em seguida, o  
73 Corregedor Nacional, Dr. Cláudio Portela, também teceu algumas considerações acerca da  
74 questão relacionada ao conflito de atribuições e encerrou seu pronunciamento. O Presidente, em  
75 seguida, passou a palavra ao Conselheiro Fábio Stica, do CNMP, que destacou a importância do



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 04/08/2016 – GRAMADO/RS**

**ATA 07/2016**

76 empenho dos membros do CNPG no que tange à tramitação do PLP nº. 257/2016, abordando o  
77 pleito efetuado por Dr. Paulo Roberto, PGJMT, acolhendo-o, solicitando maiores informações do  
78 CNPG (impacto em caso de eventual aprovação), para que seja elaborada uma Nota Técnica a ser  
79 apresentada ao pleno do CNMP. Dr. Lauro Machado, PGJGO; Dr. Fernando Barros, representante  
80 do PGJPE e Dr. Mauro Bezerra, representante do PGJAM, expuseram as dificuldades decorrentes  
81 do PLP nº. 257/2016, ao Conselheiro Fábio Stica. Aproveitando o assunto em debate, o Presidente  
82 passou a abordar o item 2 da pauta, salientando a necessidade de continuidade da luta pela não  
83 aprovação do PLP nº. 257/2016, nos termos em que proposto – possibilidade de novas alterações  
84 a serem efetuadas pelo governo (substitutivo). Dr. Sandro Neis, PGJSC, destacou que o texto final  
85 ainda não foi elaborado, o que deverá ocorrer na segunda-feira (08/08/2016), sugerindo atuação  
86 do CNPG na própria segunda-feira. Dr. Gianpaolo Smanio informou que na terça-feira (09/08/16)  
87 ocorrerá uma reunião com a bancada de São Paulo, oportunidade em que convidou os membros  
88 do colegiado para comparecerem. O Presidente sugeriu atuação tanto na segunda-feira quanto na  
89 terça-feira e na quarta-feira, junto ao Congresso Nacional. Dr. Sandro Neis, PGJSC; Dr.  
90 Gianpaolo Smanio, PGJSP, e Dr. Carlos André, PGJMG, efetuaram mais algumas considerações  
91 relacionadas ao projeto em questão. Em seguida, Dr. Sandro Neis pugnou pela necessidade de  
92 deliberação do CNPG relacionada à matéria publicada pela Revista Valor Econômico, onde foi  
93 afirmado que o Ministério Público Brasileiro não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.  
94 Dr. Gianpaolo Smanio, PGJSP; Dr. Paulo Roberto, PGJMT; Dr. Lauro Machado, PGJGO, e Dr.  
95 Marcos Antônio, PGJPA, entenderam necessária uma atuação do CNPG junto à imprensa para  
96 esclarecer à sociedade o erro na afirmação feita. Deliberou-se no sentido de que seria elaborada  
97 uma nota, pelo CNPG. Retomando os itens da pauta o Presidente solicitou nova inversão,  
98 abordando-se o item 6 da pauta (Criminalidade no Sistema Prisional), sendo que, após efetuar  
99 breves comentários relacionados aos bloqueadores de sinal telefônico nos presídios, destacando a  
100 situação vivenciada pelo Estado do Rio Grande do Norte e do Ceará, expressou, também, sua  
101 opinião no que tange à necessidade de maior atuação do CNPG nesse tema. Dr. Lauro Machado,  
102 PGJGO, opinou no mesmo sentido. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Antônio Pereira Duarte,  
103 Conselheiro do CNMP, que, inicialmente, apoiou uma atuação do CNMP quanto à tramitação do  
104 PLP nº. 257/2016, abordando, na sequência, o tema do item 6, salientando a existência do  
105 Programa Segurança Sem Violência (aperfeiçoamento da infraestrutura, da gestão e da legislação  
106 pertinente ao sistema prisional), destacando algumas diretrizes (aprimoramento da gestão pública  
107 do sistema prisional; treinamento dos agentes penitenciários; construção e melhorias das  
108 condições carcerárias). Na sequência, destacou os problemas vivenciados pelos Estados do Rio  
109 Grande do Norte e Ceará, exaltando a importância do apoio das Forças Armadas nessas situações.  
110 Ao final, visando a gestão de crises no sistema prisional, salientou a existência de um trabalho já  
111 iniciado sobre o tema, entendendo necessária, principalmente após a decisão do STF  
112 (descontingenciamento da verba), uma atuação mais forte do Ministério Público a fim de se  
113 implementar tal política pública. Sugeriu, ainda, a criação de um grupo (multidisciplinar) de



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 04/08/2016 – GRAMADO/RS**

**ATA 07/2016**

114 trabalho, a partir do CNMP, para sugestões de atuação nos momentos de crise. Com a palavra, Dr.  
115 Oswaldo Lima Neto, PGJAC, e Dr. Mauro Bezerra, representante do PGJAM, ao tempo em que  
116 destacaram a necessidade de serem identificados os líderes das facções (providência inicial a ser  
117 adotada). Dr. Oswaldo Lima Neto sugeriu, ainda, uma articulação entre o Ministério da Justiça,  
118 CNMP e CNPG (atuação nacional), visando buscar soluções para o problema em questão,  
119 sugerindo, como providência inicial, a instalação de bloqueadores de sinal de celular em todos os  
120 presídios do país. O Presidente acompanhou tal entendimento, salientando que o CNPG atuará,  
121 conjuntamente com o Ministério da Justiça e com o CNMP, visando buscar soluções para tal  
122 problema. Quanto ao item 3 da pauta (PL Subsídio), o Presidente ressaltou o andamento do  
123 projeto (aprovação na CCJ), restando deliberado que seria agendada uma reunião com o Senador  
124 Ricardo Ferraço, em Brasília, para acompanhamento da questão. Em seguida, abordou o item 4 da  
125 pauta (PL Abuso de Autoridade), destacando sua importância, ressaltando a necessidade de  
126 continuidade da atuação do CNPG, em momento ulterior, posto que não há nenhuma novidade  
127 nesse tema. No que tange ao combate à sonegação fiscal (item 5), o Presidente destacou a criação,  
128 em breve, de uma área específica (restrita) no site do CNPG, destinada aos membros, para que lá  
129 sejam efetuadas as sugestões acerca de determinados temas, evitando a criação de grupos  
130 específicos para todo tema que for colocado em pauta, sugerindo que se aguardasse essa nova  
131 ferramenta – sugestão acolhida por todos. Em seguida, Dr. Josemar Moreira, representante da  
132 PGJES, sugeriu uma atuação conjunta (com outros órgãos) para fins de se incrementar a atuação  
133 nessa área. Por fim, Dr. Marcelo Dornelles, PGJRS, abordou os temas relacionados aos itens 7 e 8  
134 da pauta. Quanto às rescisões de contratos de trabalho, no intuito de afastar a necessidade de  
135 atuação do Ministério Público Estadual nessa área, salientou o apoio do Ministro do Trabalho no  
136 que tange ao acolhimento dessa proposta (tarefa a ser assumida pelos sindicatos) e quanto ao PLC  
137 nº. 024/2012 (juros dos depósitos judiciais), informou acerca da possibilidade de se obter essa  
138 verba extraorçamentária para custeio de investimento. Salientou que o PLC está na Comissão de  
139 Assuntos Econômicos e que seria interessante uma atuação do CNPG nesse projeto. Na sequência,  
140 Dr. Carlos André, PGJMG, informou que o HC (execução penal provisória) está com vista ao  
141 MPF, sugerindo um acompanhamento do feito. Ato contínuo, Dr. Sandro Neis, PGJSC, informou  
142 que o Deputado Espiridião Amin confirmou que o PLP nº. 257/2016 não será votado na segunda-  
143 feira (dia 08/08/2016) e que os termos ajustados com o CNPG seriam mantidos, destacando  
144 apenas, sua opinião quanto à necessidade da manutenção da limitação de crescimento pelo índice  
145 inflacionário. Em seguida, Dra. Norma Angélica, Presidente da CONAMP, sugeriu que alguns  
146 membros do CNPG se fizessem presentes no Congresso Nacional desde a segunda-feira  
147 (08/08/2016), para apoio à aprovação do PL dos Subsídios e acompanhamento do PLP nº.  
148 257/2016. Ao final, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião,  
149 concedendo a palavra ao Dr. Marcelo Dornelles, PGJRS, para pronunciamento final. Por fim, eu,  
150 Glaucio Pinto Garcia, Secretário-Executivo do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJG – 04/08/2016 – GRAMADO/RS

ATA 07/2016

151 e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público  
152 dos Estados e da União presentes.

The page contains several handwritten signatures in black ink. The signatures are written in a cursive style and are scattered across the lower half of the page. Some signatures are more legible than others, but they generally appear to be the names of the council members mentioned in the text above. The signatures include names like 'Muniz', 'Lorenz', 'D. Logic', 'Antonio...', 'C. P. ...', 'S. ...', 'L. ...', and 'A. ...'.